

POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESEMPENHO DE ALUNOS BOLSISTAS: O CASO DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA DE NATAL/RN

ACCESS TO HIGHER EDUCATION POLICY AND STUDENT PERFORMANCE FELLOWS: THE CASE OF A PRIVATE UNIVERSITY OF CHRISTMAS / RN

Claudio Marcio Campos de Mendonça

Doutorando em Administração. Professor na Universidade Federal do Amapá. E-mail: cmarcio@gmail.com

Lenin Calvacanti Brito Guerra

Mestre e Doutorando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGA/UFRN). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). E-mail: guerra04@gmail.com

Anna Valeska Procópio de Moura Mendonça

Mestre em Psicologia. Professora da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. E-mail: avaleskaprocopio@hotmail.com

Manoel Veras de Sousa Neto

Doutorado em Administração. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. E-mail: manoel.veras@uol.com.br

Envio em: Janeiro de 2014

Aceite em: Maio de 2015

RESUMO

Como forma de ampliar o acesso à educação superior, principal meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (2001), o governo brasileiro desenvolveu iniciativas como a criação do Programa Universidade para Todos (Prouni), que oferece bolsas de estudo em instituições de educação privada para alunos oriundos do ensino médio público, por meio de isenções fiscais de tributos federais concedidas às IES participantes. No esteio do Prouni, a Prefeitura Municipal de Natal/RN criou um programa semelhante, o Programa de Incentivo à Educação Universitária (Proeduc), que vigorou de janeiro de 2009 a agosto de 2013. O objetivo do estudo foi o de realizar um estudo comparativo do índice de rendimento acadêmico (IRA) de alunos bolsistas do Prouni (Federal), Proeduc (Municipal) e não bolsistas no curso de Administração de uma IES privada de Natal/RN. Foi utilizada uma base de dados com IRA de 2.571 alunos, do curso de administração, caracterizando o estudo como uma pesquisa censitária, que utilizou a análise de regressão simples e múltipla. Os resultados mostraram que as médias dos alunos bolsistas foi superior a dos alunos não bolsistas, destacando-se as notas dos bolsistas Prouni, maior que as notas dos bolsistas Proeduc. O resultado de melhor desempenho do IRA dos alunos bolsistas do programa federal, sobre os alunos bolsistas do programa municipal, e destes últimos sobre os alunos não bolsistas ficou demonstrando na análise de regressão simples, bem como, na análise de regressão múltipla. A política de bolsas de estudos para o ensino superior, seja Federal ou Municipal, permite, além da inclusão de jovens no ensino superior, a melhoria da qualidade da educação superior a partir do incremento do desempenho acadêmico geral.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Superior. Desempenho Acadêmico.

ABSTRACT

As a way to expand access to higher education, the main goal set in the National Education Plan (2001), the Brazilian government has developed initiatives such as the creation of the University for All Program (Prouni), which offers scholarships for private education institutions to students from public high school, through tax

exemptions from federal taxes granted to participants institutions. In the context of Prouni, the city of Natal/RN created a similar program, the Incentive Program for Higher Education (Proeduc), which ran from January 2009 to August 2013. The aim of the study was to conduct a comparative study academic performance index of scholarship students Prouni (Federal), Proeduc (Municipal) and not scholars in the course of directors of a private institution of Natal/RN. A database with all academic performance index 2,571 business students, characterizing the study as a census survey, which used the analysis of simple and multiple regression. The results showed that the mean scholarship students was higher than that of non-scholarship students, highlighting the notes of Prouni grantees (Federal program), higher than the scores of fellows Proeduc (Municipal program). The result of IRA best performance of the scholarship students of the federal program on the scholarship students of the municipal program, and the latter on non-scholarship students was demonstrating the simple regression analysis, as well as in multiple regression analysis. The scholarship policy for higher education, either Federal or Municipal, allows, besides the inclusion of young people in higher education, improving the quality of higher education from the increase in overall academic performance.

Key words: Policy. Higher Education. Academic Performance.

1 INTRODUÇÃO

A educação superior é um dos temas fundamentais para o desenvolvimento de uma nação. Lucchesi e Abrahão (2006) definem a educação superior como uma rede de diálogos acadêmico-científicos que entrelaçam nas atividades de produção, transmissão e socialização do conhecimento. Dessa forma, o ensino superior está em constantes transformações, visto que a ideia do conhecimento válido e relevante e não está descontextualizado da conjuntura político-econômica de um determinado momento.

A educação superior brasileira passou por profundas mudanças no final do século XX. Mesmo presentes desde os anos 40 no Brasil ocorreu grande expansão no número de IES privadas no país, sobretudo do final dos anos 90 até o final da primeira década dos anos 2000. Segundo dados do PNAD/IBGE (2009), houve um aumento de 278% no número de alunos matriculados período de 1999 a 2009: de 2,3 para 6,4 milhões. Esse crescimento se deu, sobretudo, no setor privado: segundo dados do último Censo da Educação Superior do MEC/INEP, que trouxe informações correspondentes a 2013, dos 7.526.681 estudantes brasileiros que estão efetivamente matriculados na educação superior, cerca de 5.421.639 (72%) estão em IES privadas, 1.252.952 (16,4%) estão em IES federais e 852.090 alunos (11%) se encontram matriculados em IES estaduais ou municipais. Mesmo com esse crescimento, o Brasil ainda apresenta baixos índices de acesso ao ensino superior.

Segundo Nunes (2002), o sistema educacional superior brasileiro é um sistema de elite, pois segundo dados do Censo da Educação Superior de 2013, somente 15,1% da população da faixa etária dos 18 aos 24 anos, faixa populacional utilizada pela OCDE para mensurar o acesso, está efetivamente matriculada em algum curso superior. Tais números evidenciam o desfavorável quadro brasileiro em relação aos seus vizinhos: na Argentina, o percentual de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior é de 40% e no Chile, de 27%. Para caracterizar um sistema de massa, o sistema deve absorver de 15 a 33% dessa população, e para ser considerado universal, deve absorver mais de 33%.

Assim, a questão do acesso ao ensino superior tornou-se um tema central na agenda da educação brasileira. Para aumentar a quantidade de estudantes no ensino superior diversos programas vêm sendo desenvolvidos, a maioria delas em âmbito Federal,

como o Programa Universidade para Todos (Prouni), programa do governo federal que concede bolsas de estudos em IES privadas a alunos egressos do ensino médio público mediante isenção fiscal de tributos federais. A Prefeitura Municipal de Natal, capital do Rio Grande do Norte, criou em 2008 um programa municipal semelhante ao Prouni, chamado Proeduc, concedendo isenção de tributos municipais.

Entretanto, após ter acesso à educação superior, por meio destes programas inclusivos, como é o desempenho acadêmico do estudante bolsista? Há diferenças consistentes em relação ao desempenho dos alunos não bolsistas? E entre os bolsistas dos dois programas? O presente estudo se propôs a realizar um estudo comparativo do índice de rendimento acadêmico (IRA) de alunos bolsistas do Prouni (Federal), Proeduc (Municipal) e não bolsistas no curso de Administração de uma universidade privada em uma capital nordestina.

O artigo divide-se em cinco etapas, quais sejam: introdução, fundamentação teórica, onde se traçará um histórico a respeito do ensino superior brasileiro, as questões de acesso e o desempenho dos alunos bolsistas, bem como as políticas de acesso ao ensino superior privado objetos deste estudo, procedimentos metodológicos da pesquisa, a análise dos resultados e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UM BREVE HISTÓRICO

O início da educação superior brasileira data de 1808 - antes disso, era proibida em território nacional visto que representava um instrumento de libertação dos colonos. Até essa data, a educação no Brasil era responsabilidade dos jesuítas, que cuidavam tanto da catequização dos indígenas quanto da formação básica da elite, nos colégios reais, onde os filhos da classe dominante eram preparados para ingressarem nas universidades europeias, sobretudo a Universidade de Coimbra, em Portugal (FÁVERO, 1980)

A primeira universidade brasileira, que reunia várias faculdades sob a direção de um Conselho Universitário, foi fundada no Rio de Janeiro em 1920, como fruto da união das Faculdades de Direito e de Medicina e a Escola Politécnica. Em outros países da América Latina, universidades foram criadas poucas décadas após o descobrimento. Até 1920, o Brasil adotava

o modelo francês napoleônico, onde o ensino superior era feito em escolas ou faculdades isoladas, ou ainda diretamente na Europa, em universidades como as de Coimbra, Portugal, modalidade restrita às camadas mais abastadas da população (BARREYRO, 2006)

Ainda no século XX, convém mencionar a reforma universitária de 1968, que deliberou: a universidade como ambiente prioritário para o desenvolvimento do ensino superior, embora permitisse a existência dos estabelecimentos isolados; o ensino indissociável da pesquisa; a autonomia das universidades (didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira). A constituição de 1988, em seu

artigo 213, determina que os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, desde que estas comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação.

Os anos 90 foram marcados por um forte crescimento da educação superior, sobretudo por meio do setor privado. No período de 1996 a 2004, as IES privadas alcançaram o patamar de mais de 1.780 instituições, o que representa quase 90% das instituições de ensino superior do país, respondendo por mais de 70% das matrículas.

Tabela 01 - Distribuição das IES, cursos e matrículas - Brasil 1996 e 2004

ANO	IES	Δ%	CURSOS	Δ%	MATRÍCULAS	Δ%
1996	922	-	6.664	-	1.868.529	-
2004	2.013	118,3	18.644	180,6	4.163.733	122,8

Fonte: INEP (2006).

Tabela 02 - Percentuais de Instituições, cursos e matrículas de graduação presencial, segundo a categoria administrativa - Brasil 1996 e 2004.

ANO	INSTITUIÇÕES (%)		CURSOS (%)		MATRÍCULAS (%)	
	PÚBLICAS	PRIVADAS	PÚBLICAS	PRIVADAS	PÚBLICAS	PRIVADAS
1996	22,9	77,1	44,8	55,2	39,4	60,6
2004	11,1	88,9	33,6	66,4	28,3	71,7

Fonte: INEP (2006).

Mesmo com todo o crescimento observado na segunda metade dos anos 90, diversos pesquisadores da área de educação como Nunes (2002, 2007), Corbucci (2004), Hermida (2006), Carvalho (2006) e Guerra (2009) concordam em afirmar que havia um gargalo que limitava o acesso dos estudantes à educação superior: as universidades federais estavam com sua oferta de vagas praticamente congelada e boa parte dos estudantes que concluíam o ensino médio não tinham condições de arcar com o custo de estudar em IES privadas. Como forma de ampliar o acesso à educação superior, o Plano Nacional de Educação (2001) estabeleceu como meta aumentar o para 30% o percentual de jovens de 18 a 24 matriculados em cursos superiores.

O Programa de Governo do primeiro mandato do Presidente Lula apresentou suas proposições em rela-

ção à educação através de um documento intitulado “Uma escola do tamanho do Brasil”, discutido por mais de um ano por políticos e especialistas convidados e pelo *staff* do então candidato. O documento enfatizava, sobretudo, a ampliação do acesso educação superior, de acordo com o previsto no PNE (2001). (SILVA JR., 2005)

Ao passo que a ampliação da educação superior, através da ampliação do acesso, estava em pauta, o setor privado chegou a um percentual de 49,5% de vagas ociosas em 2004. A partir de uma articulação entre entidades representativas do setor privado e o governo, houve um entendimento de que o acesso poderia ampliado em um primeiro momento utilizando o sistema privado, e para isso foram desenvolvidas políticas públicas para possibilitar o acesso por meio de IES privadas.

2.2 POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

2.2.1 O PROUNI

A primeira medida desenvolvida pelo governo brasileiro para tentar alcançar a meta prevista no PNE (2001) e ampliar significativamente o acesso à educação superior, foi a criação do Programa Universidade para Todos – Prouni. Criado em 2004, pela medida provisória nº 213, e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa tinha como objetivo de garantir acesso ao ensino superior de alunos oriundos da rede pública de ensino, ofertando bolsas de estudo parciais e integrais em instituições de ensino superior privado. Como contrapartida, as IES privadas ganham isenções de quatro tributos federais: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

Além da isenção fiscal supracitada, as IES que aderissem ao programa ganhariam prioridade na distribuição dos recursos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Ademais, as IES que não possuíam autonomia, receberiam autorização para ampliar o número de vagas em seus cursos, desde que aumentassem de forma proporcional o número de bolsas.

Os estudantes aptos a concorrer às bolsas do Programa deveriam atender aos seguintes requisitos: a) ter cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública ou em instituições privadas, desde que com bolsa integral; b) ser estudante portador de deficiência, nos termos da lei, ou; c) ser professor da rede pública de ensino, para postular a vaga dos cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente dos padrões de renda fixados para os demais estudantes.

Segundo dados do MEC, O Prouni também passou a oferecer ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, o convênio de estágio MEC/CAIXA e o FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

A nota no Exame Nacional do Exame Médio

(ENEM) é critério classificatório na distribuição das bolsas. O estudante deve ter obtido ao menos 45 pontos (média aritmética entre as provas de redação e conhecimentos gerais) no exame e a sua pontuação dá o direito de escolha dentre as cinco instituições pré-escolhidas pelo aluno no momento da inscrição. A inscrição do aluno é feita pela internet ou por meio de um número de telefone gratuito; as instituições participantes do programa devem disponibilizar acesso à internet para os candidatos.

Os critérios de seleção das instituições participantes do Prouni encontram-se na portaria na portaria n. 478, de 15 de Abril de 2008. Para aderir ao programa, as instituições devem solicitar junto a MEC a participação no convênio e exige-se destas que os cursos oferecidos não tenham sido reprovados em nenhum dos mecanismos de avaliação desenvolvidos pelo governo (ENADE e Provão).

Tal medida foi determinada pela lei n. 11.509, de 20 de julho de 2007, para evitar distorções como as que ocorreram em 2006. Segundo o jornal O Globo, de 8 de janeiro de 2006, das 91.100 vagas oferecidas pelo Programa Universidade Para Todos, cerca de 1.100 eram em cursos superiores reprovados em sistemas de avaliações do Ministério da Educação, seja pelo Provão, no governo Fernando Henrique Cardoso, ou pelo Exame Nacional de Estudantes. São 87 cursos reprovados pelo provão, uma ou mais vezes - quatro também foram reprovados no ENADE. As instituições que já participam do programa devem enviar semestralmente ao MEC as informações relacionadas ao desempenho dos alunos bolsistas, bem como atualizar seu cadastro junto ao Ministério.

O programa oferta bolsas de estudo parciais e integrais. As bolsas integrais são destinadas a brasileiros não portadores de diploma superior que se enquadrem na faixa de renda familiar de até um salário mínimo e meio, *per capita*. As bolsas parciais podem correspondentes a 25 ou 50% do valor da mensalidade, levando em consideração todos os descontos oferecidos pela instituição, e podem ser preenchidas por brasileiros não portadores de diploma superior cuja renda familiar seja de até três salários mínimos, *per capita*. A questão da faixa de renda é uma das questões mais discutidas pelos especialistas em educação, visto que somente conceder bolsas de estudo pode não ser suficiente para que um aluno consiga manter-se no ensino superior.

Os bolsistas contemplados com descontos de 50% podem requerer o auxílio do FIES, e assim pagar 25% do valor da mensalidade durante o curso e os demais

25% após a formatura, em período igual ao do curso.

Outra questão bastante polêmica do programa é a reserva de bolsas de estudo a estudantes que se declaram pretos, pardos ou índios. A quantidade de bolsas destinadas aos autodeclarados pretos, pardos ou índios é estabelecida com base no número de cidadãos de cada grupo étnico em cada Estado, segundo o último censo do IBGE. Os candidatos cotistas devem se enquadrar nos demais critérios socioeconômicos previstos no programa.

Segundo o Decreto 5.496/2005, no seu 14º artigo, as IES privadas que participam do programa devem informar ao MEC, a cada semestre, algumas informações a respeito dos bolsistas, tais como: frequência, desempenho acadêmico e evasão dos bolsistas por curso e turno. Os bolsistas devem ter aproveitamento acadêmico igual ou superior a 75% das disciplinas cursadas. Mesmo que este índice não seja atingido, o coordenador do PROUNI pode autorizar por mais uma vez a manutenção da bolsa.

Segundo o MEC, o PROUNI já atendeu, desde sua criação até o final de 2013, 1,27 milhão de estudantes sendo 69% com bolsas integrais, 86% em cursos presenciais, 74% no turno noturno e 50% de estudantes negros. Desde 2007, o PROUNI - e sua articulação com o FIES - é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

2.2.2 O PROEDUC

No tocante à ampliação do acesso à educação superior, o Prouni alcançou resultados expressivos, apresentado na seção anterior, o que acabou inspirando iniciativas similares em níveis estadual e municipal.

A Prefeitura Municipal de Natal promulgou a Lei Municipal 0257/2008, que institui o Programa Municipal de Incentivo à Educação Universitária, Proeduc. De maneira análoga ao Prouni, o Proeduc é um programa que fornece bolsas parciais, de 50% na mensalidade, em instituições privadas de ensino superior para alunos que: a) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas municipais ou estaduais; b) sejam residentes e domiciliados no município de Natal; c) possuam renda familiar per capita mensal de até quatro salários mínimos; d) não tenham título de graduado, obtido previamente; e) não estejam matriculados em instituições públicas de ensino superior (NATAL, 2008).

Como contrapartida,

A Instituição de Ensino Superior que aderir ao PROEDUC poderá compensar o valor das

bolsas de estudos concedidas com o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS, decorrente da prestação de serviço de ensino superior de graduação e pós graduação por ela efetuados. Parágrafo único - A compensação de que trata este artigo limita-se a cinco por cento (5%) da receita anual decorrente da prestação de serviços de ensino superior de graduação e pós-graduação (NATAL, 2008).

No tocante à sua concepção, o programa segue uma estrutura bastante semelhante ao Prouni, entretanto, os estudantes não são obrigados a se submeter ao Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. Segundo o Art. 4o. da Lei que institui o programa: “terão o benefício do Proeduc aqueles candidatos que [...] classificar-se em processo seletivo na Instituição de Ensino Superior ou no Exame Nacional de Ensino Médio – Enem em colocação suficiente para o preenchimento das vagas disponíveis” (NATAL, 2008). Para ingressar como bolsista do Prouni, os candidatos devem obter 45 pontos nas provas de redação e conhecimentos gerais.

Esse ponto representa uma flexibilidade considerável na seleção dos alunos: o fato de não obrigatoriedade em realizar um exame nacional, mas apenas um exame seletivo interno para posterior alocação dos estudantes.

O programa instituído na Prefeitura Municipal da cidade de Natal evitou determinados pontos polêmicos do Prouni: não há tratamento diferenciado no tocante à raça/cor da pele e não há categorias de bolsistas diferenciados — todos os bolsistas do Programa recebem 50% de isenção na mensalidade.

Em relação ao desempenho mínimo exigido pelo estudante, o art. 6.º do Decreto que implementa o Programa diz em seus parágrafos I e III, respectivamente, que “será retirado do Proeduc o beneficiário que: seja reprovado em mais de três disciplinas do curso ao qual esteja vinculado; ultrapassar em mais de 50% (cinquenta por cento) do tempo mínimo para a conclusão do curso em que esteja vinculado” (NATAL, 2008). Em comparação com o programa federal, percebe-se que há maior rigidez no tocante ao desempenho, visto que no Prouni os alunos devem ser aprovados em 75% das disciplinas do curso.

Por fim, como se trata de um programa municipal, não há relação direta com o MEC. Segundo o Decreto 8.623/2008,

Art. 9.º - Visando acompanhar o cumprimento das regras do presente Programa, será criada a Comissão Permanente de Acompanhamento do PROEDUC, composta de um

representante da Secretaria Municipal de Educação, um representante da Secretaria Municipal de Tributação, e cinco assistentes sociais, sendo desse colegiado as seguintes atribuições:

I - convocar beneficiários do Programa, em casos da necessidade de confirmação das informações prestadas;

II - promover, a qualquer tempo, visitas domiciliares feitas pelas assistentes sociais para confirmar o preenchimento das condições exigidas pelo Programa;

III - instaurar e presidir processos administrativos visando a exclusão de beneficiários do Programa.

O Proeduc possibilitou o acesso de alunos de escolas públicas da cidade de Natal ao ensino superior privado, de acordo com a Prefeitura de Natal, o programa obteve a adesão da maioria das IES da cidade. No entanto, em julho de 2013 o prefeito de Natal alegou problemas orçamentários e comunicou o término do programa: “hoje temos um déficit de R\$ 1 milhão por mês e a educação superior não é de responsabilidade da Prefeitura, com isso não abriremos novas vagas para o Proeduc”. Ainda segundo o prefeito os recursos advindos do fim das isenções fiscais serão aplicados na educação básica, “que é o dever do Município” (FELIPE, 2013).

2.3 DESEMPENHO DOS ALUNOS BOLSISTAS

Durante o processo de formulação do Prouni, discutiu-se em publicações científicas e artigos jornalísticos a questão do desempenho dos alunos bolsistas, uma vez estes poderiam ser prejudicados pelo baixo nível da qualidade do ensino das escolas públicas de médio ou pelos efeitos da baixa renda familiar que poderiam prejudicar o rendimento acadêmico desses estudantes. Alguns dos críticos do Programa, em um viés altamente elitista, temiam que o programa contribuisse para diminuir (ainda mais!) os indicadores de qualidade da educação superior.

No entanto, diversas pesquisas compararam o desempenho acadêmico de bolsistas do Prouni e alunos não bolsistas. O Ministério da Educação divulgou em seu site oficial que os bolsistas do ProUni “alcançaram médias iguais ou superiores a de seus colegas nas 14 áreas do conhecimento avaliadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2006” (LORENZONI, 2007). No curso com o maior número de matrículas do país,

Administração, o desempenho médio dos alunos bolsistas foi 7,9 pontos superior em relação aos não bolsistas: 42,3 contra 34,4. No curso de Biomedicina, a diferença foi ainda maior: 9 pontos (45,7 contra 36,7).

A pesquisa “Acesso e permanência - a experiência do Prouni na PUC-Minas”, que utilizou dados do primeiro semestre de 2005, mostrou que 77,1% dos alunos bolsistas foram aprovados em todas as disciplinas cursadas; no caso dos alunos não-bolsistas, a aprovação foi de 70,1%. Entre os alunos não-bolsistas, o percentual de reprovação por frequência insuficiente foi de 9,3% e- dos alunos bolsistas, apenas 2,9 foram reprovados por frequência.

Ainda, segundo dados da PUC-Minas coletados de 2005 a 2008 em pesquisa desenvolvida por Oliveira, Contarine e Cury (2012), concluiu-se que “a maioria dos bolsistas apresentou, nesses anos, desempenhos escolares, entre bons e muito bons, sendo que 252 bolsistas foram ‘Destaque Acadêmico’”.

Um estudo desenvolvido pela Associação Brasileira de Desenvolvimento do Ensino Superior (Abraes) e divulgado pelo jornal O Estado de São Paulo em 2 de novembro de 2014, cruzou as notas dos estudantes nos exames do Enade de 2010, 2011 e 2012 com os dados dos questionários socioeconômicos.

Enquanto a média geral de acertos nas provas ficou em 43,19, a dos estudantes com bolsas integrais foi de 49,35. Os bolsistas superaram os alunos das instituições públicas, cuja média é 47,87. Desde 2005, o Prouni tem um acumulado de 1,496 milhão de bolsas. Do total, 70% são integrais - para quem tem renda familiar de até 1,5 salário mínimo por pessoa. Alunos com renda de até três salários podem ter bolsa parcial (50%) (TOLEDO; SALDAÑA, 2014).

As pesquisas supracitadas trazem dados somente de bolsistas do Prouni. A próxima seção apresenta o detalhamento dos procedimentos metodológicos desta pesquisa, que além de comparar alunos bolsistas Prouni com alunos não bolsistas, também comparou o desempenho destes com alunos bolsistas de um programa municipal, com características semelhantes ao Prouni.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no presente artigo. O estudo tem características descritivas e quantitativas. Os dados que foram utilizados nessa pesquisa são de fontes primárias, disponibilizados pelo Sistema Acadêmico

e Financeiro da IES. O universo considerado é o de alunos do curso de Administração de uma instituição de ensino superior privada em Natal, capital do Rio Grande do Norte, totalizando 2.571 alunos – foram analisados os dados de todos esses alunos, caracterizando o estudo como uma pesquisa censitária.

A pesquisa utilizou dados de corte transversal ou *cross-section*, que segundo Wooldridge (2010), consiste em uma amostra de indivíduos tomada em um determinado ponto no tempo, no caso o período utilizado foi o segundo semestre de 2011. Os dados foram cedidos pela IES e serão estudados aspectos como desempenho dos alunos durante todo o curso (índice de rendimento acadêmico - IRA), bem como se os alunos são bolsistas Prouni, Proeduc e alunos regulares não bolsistas. Os dados foram tratados com o software Stata Statistics para a regressão e criação das tabelas.

O índice de rendimento acadêmico (IRA) mede o desempenho acadêmico do aluno nos semestres cursados – é gerado com base na média aritmética das disciplinas cursadas, seja com aprovação ou reprovação, como também os aproveitamentos. A média para aprovação na IES é 7,0 (sete pontos).

Vale ressaltar que este estudo não tem o intuito de identificar individualmente os alunos (com desempenho bom ou ruim) do Prouni ou Proeduc, e sim analisar o desempenho dos alunos. Diante disso, foram omitidas informações que possibilitassem qualquer identificação do aluno.

A pesquisa foi embasada na econometria, que de acordo com Wooldridge (2010), é baseada em procedimentos estatísticos que auxiliam a avaliação de

políticas de governo e de negócios. No tocante à regressão, o autor afirma que a simples ou bivariada é utilizada para estudar a relação entre duas variáveis; trata-se de um método utilizada para descrever e aferir as relações existentes entre uma variável (dependente ou explicada) e outras variáveis (independentes ou explicativas); a análise de regressão múltipla é mais receptiva à análise *ceteris paribus*, pois ela nos permite controlar explicitamente muitos outros fatores (variáveis) que, de maneira simultânea, afetam a variável dependente. Para Brooks (2002), a regressão é uma busca dos movimentos de uma variável, como resultado dos movimentos de alguma(s) outra(s). A pesquisa utilizou análise de regressão simples e múltipla, que permite a captação das influências de um ou mais fenômenos, melhorando a capacidade de prognóstico a partir do modelo.

3.1 DEFINIÇÃO DO MODELO

Os testes empíricos consideram a especificação de uma regressão linear múltipla, a partir da qual seja possível se concluir sobre o desempenho acadêmico do Curso de Administração, utilizando como base as variáveis explanatórias. O modelo utilizado na pesquisa utilizou a seguinte definição matemática:

$$\text{DesempenhoAcadêmico} = \beta_0 + \beta_1 \text{IRA}_i + \beta_2 \text{temprounii} + \beta_3 \text{temproeduci} + \beta_4 \text{sexoi} + \beta_5 \text{idadei} + \beta_6 \text{didserie1i} + \beta_7 \text{didserie2i} + \beta_8 \text{didserie3i} + \beta_9 \text{didserie4i} + \beta_{10} \text{didserie5i} + \beta_{11} \text{didserie6i} + \beta_{12} \text{didserie7i} + \beta_{13} \text{didserie8i} + \epsilon_i$$

Quadro 1: Descrição das variáveis

SIGLA	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
Desempenho-Acadêmico	Índice de desempenho do curso de Administração da IES	De 0 a 10
IRA _i	Índice de Rendimento Acadêmico do aluno	De 0 a 10
temprounii	Variável <i>dummy</i> que indica se o aluno é bolsista PROUNI ou não	Confere-se o valor 1 para o aluno bolsista PROUNI e o valor 0 para o aluno que não bolsista PROUNI
temproeduci	Variável <i>dummy</i> que indica se o aluno é bolsista PROEDUC ou não	Confere-se o valor 1 para o aluno bolsista PROEDUC e o valor 0 para o aluno que não bolsista PROEDUC
sexoi	Variável <i>dummy</i> que indica o sexo do aluno	Confere-se o valor 1 para o aluno do sexo masculino e o valor 0 para o aluno do sexo feminino
Idadei	Idade do aluno	Valor correspondente à idade do aluno
didserie1i	Variável <i>dummy</i> que informa se o aluno é do primeiro período	Confere-se o valor 1 para o aluno do primeiro período e o valor 0 para o aluno de outros períodos
didserie2i	Variável <i>dummy</i> que informa se o aluno é do segundo período	Confere-se o valor 1 para o aluno do segundo período e o valor 0 para o aluno de outros períodos
didserie3i	Variável <i>dummy</i> que informa se o aluno é do terceiro período	Confere-se o valor 1 para o aluno do terceiro período e o valor 0 para o aluno de outros períodos

SIGLA	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
didserie4i	Variável <i>dummy</i> que informa se o aluno é do quarto período	Confere-se o valor 1 para o aluno do quarto período e o valor 0 para o aluno de outros períodos
didserie5i	Variável <i>dummy</i> que informa se o aluno é do quinto período	Confere-se o valor 1 para o aluno do quinto período e o valor 0 para o aluno de outros períodos
didserie6i	Variável <i>dummy</i> que informa se o aluno é do sexto período	Confere-se o valor 1 para o aluno do sexto período e o valor 0 para o aluno de outros períodos
didserie7i	Variável <i>dummy</i> que informa se o aluno é do sétimo período	Confere-se o valor 1 para o aluno do sétimo período e o valor 0 para o aluno de outros períodos
didserie8i	Variável <i>dummy</i> que informa se o aluno é do oitavo período	Confere-se o valor 1 para o aluno do oitavo período e o valor 0 para o aluno de outros períodos
ϵ_i	Termo de perturbação ou erro do Desempenho Acadêmico, assumindo a normalidade dos resíduos, ou seja, $\sim N(0, \sigma^2)$	

Fonte: elaboração própria

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ALUNOS NÃO-BOLSISTAS

Os alunos não bolsistas do curso de Administração da IES de Natal obtiveram média de 7,315, ou 73% de desempenho, nas disciplinas do curso. Analisando-se dados do Censo do Ensino Superior do INEP de 2009, a média nacional dos estudantes de Administração no ENADE é de 37,7 pontos, o que corresponde a 75%

de desempenho. Os alunos da IES pesquisada encontram-se na média nacional de desempenho.

Também foi gerada a tabela 1 onde foi demonstrada a regressão simples com o IRA e a variável *dummy* “sembolsa”. O modelo como um todo é bastante significativo, como revela a estatística F de 105,12: utilizando o Teste T para calcular as variáveis isoladamente, e sabendo que o valor T tabela é de 1,96 a 5% de significância, obteve-se os dados conforme tabela 1 a seguir:

Tabela 01 - Regressão Simples Alunos não-bolsistas

Source	SS	df	MS			
Model	154.481509	1	154.481509	Number of obs =	2571	
Residual	3775.09318	2569	1.46947963	F(1, 2569) =	105.13	
Total	3929.57469	2570	1.52901739	Prob > F =	0.0000	
				R-squared =	0.0393	
				Adj R-squared =	0.0389	
				Root MSE =	1.2122	

ira	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
sembolsa	-.5012215	.0488847	-10.25	0.000	-.5970789	-.405364
_cons	7.817191	.0379934	205.75	0.000	7.74269	7.891691

Fonte: Pesquisa Direta

Ficou demonstrando através do teste t de -10,25, que a variável “sembolsa” que influencia negativamente no índice de rendimento acadêmico.

4.2 ALUNOS PROUNI

Franco (2008) afirma que as características do ensino superior brasileiro, heterogeneidade dos

estudantes que ingressam no ensino superior, as diferenças regionais e os distintos perfis das IES, além do baixo índice de acesso ao ensino superior, tornam fundamentais políticas de ampliação do acesso a educação superior, seja pela ampliação nas vagas oferecidas por instituições públicas, seja por meio de programas de concessão de bolsas em instituições privadas.

Tabela 02 - Média dos alunos

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	INTERVALO DE CONFIANÇA (95%)	
Alunos com bolsa PROUNI	322	8.115	0.314	8.053	8.177
Alunos com bolsa PROEDUC	698	7.680	0.034	7.613	7.747
Alunos sem bolsa	1551	7.315	0.356	7.246	7.385

Fonte: Pesquisa Direta

A tabela 2 mostra o desempenho dos alunos do curso de Administração, agrupados por categoria. Os alunos não bolsistas totalizam mais de 50% do universo da pesquisa, obtendo-se a média de 7,315 durante o curso. Os alunos bolsistas do PROUNI obtiveram uma média de 8,115, o que representa um incremento no rendimento acadêmico de 8%. O Censo do INEP de 2006 constatou que o desempenho dos estudantes bolsistas no ENADE foi igual ou melhor que os não bolsistas nas 14 áreas avaliadas naquele ano. Destas 14, em cinco áreas (biblioteconomia, ciências econômicas, música, secretaria-executivo e teatro) a diferença de nota não foi estatisticamente significativa, já que o exame era aplicado sobre amostras de estudantes e a diferença nos resultados está dentro da margem de erro. Nas outras nove (administração, biomedicina, ciências contábeis, comunicação social, design, direito, turismo, formação de professores - normal superior- e psicologia), o desempenho foi estatisticamente melhor. No curso de Administração, objeto de estudo da presente pesquisa, a diferença foi de 7,9 pontos: os alunos não bolsistas tiveram uma média de 34,4 pontos, enquanto os bolsistas alcançaram média de 42,3 pontos (INEP, 2006).

Os alunos bolsistas sofrem uma maior pressão no tocante ao seu desempenho, pois precisam ter aprovação média de 75% das disciplinas no curso. Por

exemplo: em um semestre onde se cursam cinco disciplinas, o aluno tem que ser aprovado em ao menos quatro. Segundo dados do MEC, publicados no jornal Gazeta do Povo em 27 de junho de 2012, “entre os 193.194 alunos que deixaram a faculdade antes da formatura, desde que o projeto foi criado, em 2004, 35.752 não conseguiram acompanhar a turma e por isso foram afastados”. A perda da bolsa por baixo desempenho acadêmico é a segunda maior causa de desvinculação do programa, correspondente a 18% do total, perdendo apenas por solicitação do bolsista, o que ocorreu com 62.964 beneficiados (MORAIS, 2011).

Os dados acima mostram problemas no tocante à manutenção dos alunos bolsistas no ensino superior. Como se trata de um programa que visa a inclusão dos estudantes nas IES, o baixo desempenho é um indicador que demonstra a necessidade de um acompanhamento dos bolsistas por parte das IES.

Também foi gerada a tabela 3 onde foi demonstrada a regressão simples com o IRA e a variável *dummy* “temprouni”. O modelo como um todo é bastante significativo, como revela a estatística F de 90,09. Utilizando o Teste T para calcular as variáveis isoladamente, e sabendo que o valor T tabela é de 1,96 a 5% de significância, obteve-se os dados conforme tabela 3 a seguir:

Tabela 03 - Regressão Simples Alunos com Bolsa PROUNI

Source	SS	df	MS			
Model	133.139632	1	133.139632	Number of obs =	2571	
Residual	3796.43506	2569	1.4777871	F(1, 2569) =	90.09	
Total	3929.57469	2570	1.52901739	Prob > F	= 0.0000	
				R-squared	= 0.0339	
				Adj R-squared	= 0.0335	
				Root MSE	= 1.2156	

ira	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
temprouni	.6875148	.0724326	9.49	0.000	.5454825	.8295471
_cons	7.428324	.0256337	289.79	0.000	7.378059	7.478589

Fonte: Pesquisa Direta

Analisando a composição da amostra, percebe-se que a quantidade de alunos bolsistas Proeduc é mais que o dobro do total dos alunos bolsistas Prouni - 698 a 322, respectivamente. Para ser bolsista do Proeduc, o estudante precisava adequar-se ao perfil socioeconômico exigido e realizar um processo seletivo na IES onde desejava estudar - não havia a obrigatoriedade de submeter ao Enem e nem de atingir uma pontuação mínima, o que se refletiu no desempenho dos alunos. Por outro lado, outro ponto a ser discutido, diz respeito à perda da bolsa por baixo desempenho acadêmico: no Prouni os alunos devem ser aprovados em

75% das disciplinas do curso. Já no Proeduc, a perda da bolsa se dava quando o aluno era reprovado em três disciplinas durante o curso. A média dos alunos Proeduc foi de 7,680.

Foi gerada a tabela 4 onde foi demonstrada a regressão simples com o IRA e a variável *dummy* “temproeduc”. O modelo como um todo é bastante significativo, como revela a estatística F de 17,37. Utilizando o Teste T para calcular as variáveis isoladamente, e sabendo que o valor T tabela é de 1,96 a 5% de significância, obteve-se os dados conforme tabela 4 a seguir:

Tabela 04 - Regressão Simples Alunos com Bolsa PROEDUC

Source	SS	df	MS			
Model	26.3835976	1	26.3835976	Number of obs =	2571	
Residual	3903.19109	2569	1.51934258	F(1, 2569) =	17.37	
Total	3929.57469	2570	1.52901739	Prob > F =	0.0000	
				R-squared =	0.0067	
				Adj R-squared =	0.0063	
				Root MSE =	1.2326	

ira	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
temproeduc	.2277831	.0546616	4.17	0.000	.1205978	.3349683
_cons	7.452589	.0284812	261.67	0.000	7.396741	7.508438

Fonte: Pesquisa Direta

Ficou demonstrando através do teste t de 4,17, que é uma variável que influencia positivamente no índice de rendimento acadêmico, não tão fortemente quanto a variável *dummy* “temprouni”.

4.4 REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA

Na sequência são avaliados o poder explicativo

dos regressores, bem como a significância de cada uma das principais variáveis independentes. O modelo como um todo é bastante significativo, como revela a estatística F de 23,66. Utilizando o Teste T para calcular as variáveis isoladamente, e sabendo que o valor T tabela é de 1,96 a 5% de significância, obteve-se os dados conforme tabela 5 a seguir:

Tabela 04 - Regressão Linear Múltipla

Source	SS	df	MS			
Model	362.822059	11	32.9838235	Number of obs =	2571	
Residual	3566.75263	2559	1.3938072	F(11, 2559) =	23.66	
Total	3929.57469	2570	1.52901739	Prob > F =	0.0000	
				R-squared =	0.0923	
				Adj R-squared =	0.0884	
				Root MSE =	1.1806	

ira	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
temprouni	.8443543	.0733517	11.51	0.000	.7005195	.9881891
temproeduc	.4191907	.0586299	7.15	0.000	.3042238	.5341575
sexo	-.3058885	.0472743	-6.47	0.000	-.3985884	-.2131886
idade	.0017603	.0038452	0.46	0.647	-.0057798	.0093004
didserie1	.3099122	.1568211	1.98	0.048	.002403	.6174214
didserie2	.2961291	.1452404	2.04	0.042	.0113284	.5809298
didserie3	-.0355652	.1613807	-0.22	0.826	-.3520151	.2808848
didserie4	.1101286	.1467602	0.75	0.453	-.1776522	.3979095
didserie5	.0815408	.155754	0.52	0.601	-.223876	.3869575
didserie6	.4135103	.1438491	2.87	0.004	.1314378	.6955827
didserie7	(omitted)					
didserie8	.573875	.1401145	4.10	0.000	.2991256	.8486243
_cons	7.08349	.1648322	42.97	0.000	6.760272	7.406708

Fonte: Pesquisa Direta

Segundo os dados analisados, ter bolsa do Prouni foi a variável de maior poder de explicação do modelo, onde o Teste T obteve o valor de 11.51. Com isso, pode-se inferir com 95% de confiança que o aluno bolsista do Prouni influencia positivamente no desempenho. Já com relação ao aluno possuir bolsa do Proeduc, também ficou demonstrando através do teste t de 7.15, que é uma variável que influenciava positivamente no desempenho. E que fatores como idade e em qual série o aluno se encontra não foram fatores relevantes para o desempenho acadêmico.

5 CONCLUSÃO

Como forma de aumentar o acesso ao ensino superior no país, o Governo Federal instituiu em 2005 o Prouni, programa que concede bolsas integrais e parciais em IES privadas a estudantes de baixa renda familiar oriundos da rede pública de ensino. As IES participantes do programa são beneficiadas com isenção de tributos federais.

Em 2008, a Prefeitura Municipal de Natal, capital do Rio Grande do Norte, criou um programa semelhante: o Proeduc, que oferece bolsas parciais a estudantes de baixa renda familiar oriundos da rede pública de ensino, através da isenção de tributos municipais às IES participantes. O programa foi extinto em agosto de 2013.

O presente artigo se propôs a desenvolver uma análise comparativa do desempenho acadêmico dos alunos não bolsistas, bolsistas Prouni e bolsistas Proeduc, a fim de identificar diferenças estatísticas significantes entre esses alunos. Foram analisados os índices

de rendimento acadêmico (IRA) de 2.571 alunos matriculados no do curso de Administração de uma IES privada de uma capital nordestina,

Os resultados mostraram que as médias dos alunos bolsistas foi superior a dos alunos não bolsistas, destacando-se as notas dos bolsistas Prouni (programa federal), maior que as notas dos bolsistas Proeduc (programa municipal). Um fator sugerido para esse fator que pode estar contribuindo para essa média mais alta dos bolsistas Prouni é o processo seletivo: para ser bolsista do programa, o estudante precisa fazer o Enem e atingir uma pontuação mínima, o que não ocorria no caso do Proeduc. Também, outra variável que pode influenciar nessa melhor média de alunos bolsistas, é o risco da perda da bolsa, em caso de reprovações.

O resultado de melhor desempenho do IRA dos alunos bolsistas do Prouni (bolsa Federal), sobre os alunos bolsistas do Proeduc (bolsa municipal), e dos alunos bolsistas do Proeduc, sobre os alunos não bolsistas ficou demonstrando na análise de regressão simples, que permitiu uma análise do IRA com a variável do tipo da bolsa, bem como, na análise de regressão múltipla, que foram inseridas outras variáveis, tais como, série, idade e sexo (que não influenciar consideravelmente o desempenho acadêmico). A política de bolsas de estudos para o ensino superior, seja Federal ou Municipal, permite além da inclusão de jovens no ensino superior, segundo a pesquisa aqui descrita, também favorecem que os alunos tenham um melhor desempenho acadêmico, contribuindo para elevar a qualidade da educação superior como um todo.

REFERÊNCIAS

- BARREYRO, Gladys Beatriz. Evaluación de la educación superior brasileña: el SINAES. **Revista de la educación superior**, n. 35. jan./mar., 2006.
- BRASIL. **Censo da Educação Superior**. INEP/MEC, 2006.
- _____. **Censo da Educação Superior**. INEP/MEC, 2009.
- BROOKS, C. **Introductory econometrics for finance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- CARVALHO, Cristina H. A. O Prouni no Governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação Social**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, Out. 2006.
- CORBUCCI, P.R. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-702, out. 2004.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade e poder: análise crítica / fundamentos históricos (1930/45)**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- FELIPE, Pedro. Com déficit de R\$ 12 milhões, Prefeitura de Natal suspenderá Proeduc. **Portal No Ar**, 17 jul. 2013. Disponível em <<http://portalnoar.com/com-deficit-de-r-12-milhoes-prefeitura-de-natal-suspendera-proeduc/>> Acesso em 18 abr. 2015.
- FRANCO, A. P. Ensino superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. **Jornal de políticas educacionais**, n.4, p.53-6, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUERRA, Lenin C. B.. **O processo de criação do Programa Universidade para Todos – Prouni**. Dissertação (Mestrado em Administração)- Programa de Pós-Graduação em Administração, UFRN, 2009.
- IBGE. **População e domicílios, PNAD 2009: síntese de indicadores**. IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp>. Acesso em 26 jun.2012.
- LORENZONI, Ionice. Bolsistas do ProUni: nota melhor no Enade. Ministério da Educação, **Portal do Ministério da Educação**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7971> Acesso em 14 mai. 2015.
- LUCCHESI, Saad; ABRAHÃO, Martha. La universidad brasileña en un contexto de cambios impuestos por la globalización. **Revista de la educación superior**, v. 35, jan./mar. 2006.
- MORAIS, Andréa. Baixo desempenho deixa 35 mil alunos sem Prouni. **Gazeta do Povo**, 19 mar. 2011. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/baixo-desempenho-deixa-35-mil-alunos-sem-prouni-ellimk1c12j6xmi23voxwwxlq>> Acesso em 14 mai. 2015.
- NATAL, Diário Oficial do Município. **Lei Promulgada n. 0257/2008**. Institui o Programa Municipal de Incentivo à Educação Universitária - PROEDUC, e dá outras providências. Natal, 2008.
- _____. Decreto 8.623/2008. Estabelece regras para a implementação do Programa de Incentivo à Educação Universitária - PROEDUC, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Natal, 2008.
- NUNES, Edson. **Teias de relações ambíguas: regulação e ensino superior**. Brasília: MEC-INEP, 2002.
- _____. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. **Revista de Administração**

Pública, Rio de Janeiro, Edição Especial Comemorativa 103-47, 2007.

TOLEDO, Luiz F.; SALDAÑA, Paulo. Bolsista integral do ProUni tem nota mais alta no Enade. **O Estado de São Paulo**, 02 de novembro de 2014. Disponível em <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,bolsista-integral-do-prouni-tem-nota-mais-alta-no-enade,1586702>> Acesso em 14 mai. 2015.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2010

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.